

Ata da Segunda Audiência Pública de Apresentação da Leitura da Cidade.

Pauta: A segunda audiência pública de Revisão do Plano Diretor Participativo (PDP) de Angelina foi convocada pela Prefeitura Municipal de Angelina, por meio do Edital de Convocação nº 001/2023, previamente publicado no Diário Oficial, extrato do ato nº N° 4650143: decreto N° 057/2023 de Regimento da Audiência. A audiência ocorreu no dia 28 de março de 2023 de modo presencial, no Salão da Igreja Nossa Senhora das Dores, situado no bairro Garcia. O objetivo da audiência foi apresentar a Leitura da Cidade elaborada pela UFSC.

Gravação Integral da Audiência, contendo legenda, disponível em:

 **Segunda Audiência Pública - Apresentação da Leitura da Cidade**

Redação da Ata: Juliana Godoy e Nathália Sander - Equipe Técnica UFSC

Primeira Parte - Cumprimentos e convocação da mesa

A Audiência teve início às 19h07min com a Sr. Adnei Boaventura, Secretário-Executivo do Conselho de Desenvolvimento Territorial de Angelina e membro da equipe Técnica da Prefeitura Municipal Angelina para a Revisão do Plano Diretor Participativo, fazendo as apresentações para a segunda audiência da Revisão do Plano Diretor Participativo de Angelina/SC. Adnei afirma que será apresentada a Leitura da Cidade, e que a mesma Leitura já foi apresentada ao Conselho de Desenvolvimento Territorial de Angelina, e que agora será apresentada aos moradores que também podem participar desse processo.

Convida o Vice-prefeito de Angelina, o Sr. Sérgio Murilo Costa, o Sr. Dauri Exterkoetter, presidente do Conselho de Desenvolvimento Territorial de Angelina, e o professor Samuel Steiner dos Santos, coordenador da equipe técnica da UFSC para iniciarem suas falas.

Sérgio Murilo Costa, Vice-prefeito, agradece a presença de todos, em especial dos três vereadores presentes: Francisco Dias, Marcelo Trierweiler e Helio Kreusch. Fala sobre a alegria de estar fazendo parte desse processo já iniciado há alguns anos. O Vice-prefeito Sérgio Murilo Costa, abordou sobre suas colocações feitas para a equipe da UFSC em apresentação prévia. Menciona que ele tem três sugestões de

leis complementares: disciplina de condomínio rural, extensão do perímetro urbano e a diminuição do rio no perímetro urbano consolidado. Sérgio fala sobre as inundações de dezembro e sobre a ponte do Coqueiral em concreto caída depois das chuvas de dezembro será refeita. Explica que no momento será feita uma ponte provisória enquanto não é finalizada a definitiva, que deverá ser de concreto.

O Sr. Dauri Exterkoetter, presidente do Conselho de Desenvolvimento Territorial de Angelina, inicia sua fala cumprimentando todos presentes, a equipe técnica da UFSC, os vereadores presentes e os representantes de cada comunidade. Dauri comenta sobre a importância da participação popular e que toda comunidade deve conseguir visualizar o que está sendo proposto para valer a partir da lei. Afirma que os Vereadores terão que votar todas as questões que serão propostas e que se houver participação popular, quando chegar na câmara haverá um processo mais rápido de aprovação. Dauri fala sobre a necessidade da participação social de todas as comunidades para o processo ser realmente participativo e deseja a todos um bom trabalho.

Passa a palavra então para o Adnei, que agradece a vontade da população em participar e a presença de todos e passa a palavra para o professor Samuel Steiner.

Segunda Parte - Apresentação

Samuel inicia sua fala saudando a população presente. Afirma que quer que o processo seja participativo, seja nas oficinas, pela prefeitura, por sugestões para levantar informações para o Plano Diretor ficar mais próximo do que a população precisa. Samuel comenta que a audiência deverá mostrar as informações da leitura técnica com cerca de uma hora de apresentação e depois abrir para comentários.

Samuel comenta que hoje é feita a junção de duas leituras: leitura técnica e leitura comunitária. Explica que essa junção é necessária para trazer o máximo de informações técnicas com a leitura das necessidades e visões da comunidade e que, para isso, a equipe técnica da UFSC é multidisciplinar. Afirma que foram feitas cinco oficinas em Angelina para buscar informações da comunidade sobre a leitura da cidade. Samuel afirma que hoje serão discutidos alguns problemas para poder identificar e enfrentar no plano diretor.

Samuel explica o Pacto de Convivência para o bom andamento da audiência pública. Para tanto, explica que deve-se manifestar opiniões sobre assuntos tratados no âmbito da pauta da Audiência Pública, respeitar o tempo estabelecido para intervenção e a ordem de inscrição, tratar com respeito e civilidade os participantes da reunião preparatória e seus organizadores e preencher a lista de participantes.

Samuel mostra as etapas do Plano Diretor e indica que estamos no final da Etapa 02: Audiência Pública de Lançamento do Plano Diretor Participativo. Explica que a partir da etapa 3, terá segunda rodada de oficinas onde serão apresentadas as diretrizes e feitas as discussões com o Conselho de Desenvolvimento Territorial. Na etapa 4 será disponibilizada a versão preliminar do Plano Diretor com a posterior discussão do Conselho de Desenvolvimento Territorial. Na etapa 5 é realizada a consulta pública para consolidação do Plano Diretor. Abre-se então o período de consulta pública e leva-se para conferência, lendo artigo por artigo, onde todos podem comentar, mas apenas os membros do Conselho de Desenvolvimento Territorial de Angelina têm direito a voto, segundo a lei. Samuel ressalta que o conselho tem representantes de todos os setores. Samuel afirma que a previsão é que a versão final seja consolidada até julho de 2023.

Samuel mostra o calendário detalhado, sendo que houve um período mais longo para a leitura da cidade. Após apresentada a metodologia para iniciar apresentação da leitura da equipe técnica sobre a realidade do município, mostra o sumário da apresentação da Leitura da Cidade, com os seguintes tópicos: Região Metropolitana, Demografia, Economia, Estrutura Institucional, Dinâmica Territorial, Expansão Urbana, Meio ambiente, Habitação, Plano Diretor Atual, Patrimônio, Infraestrutura, Leitura Comunitária e Síntese Final. Fala sobre o fato de Angelina ter limitações na topografia que não permite que haja um crescimento tão grande. Ressalta que o mais importante, depois de todo o levantamento, é a síntese final em que apresenta.

Samuel inicia a apresentação dos aspectos da leitura e afirma que Angelina tem uma relação diferente na Região Metropolitana em comparação com outros municípios, como Palhoça e Biguaçu, por exemplo. Ela tem perdido população enquanto esses municípios aumentaram bastante. Afirma que isso muda como abordar as questões do Plano Diretor, pois deve ser considerado aspectos para manter a população no município.

Samuel mostra como Angelina tem uma relação diferente dos municípios mais próximos de Florianópolis pelos acessos existentes com os municípios vizinhos. Fala sobre as condições e cenários existentes para a rodovia, como a pavimentação da SC-281 que faz a ligação com São Pedro de Alcântara.

Samuel afirma que a topografia de Angelina não permite muita área de expansão. Fala que entre 2010 a 2022 houve um pequeno crescimento demográfico, enquanto outras áreas como Antônio Carlos, Palhoça, tiveram maiores crescimentos populacionais. Afirma que o Plano Diretor deve refletir como ajudar a população a permanecer no município. Samuel mostra os dados do crescimento demográfico de Angelina, que é menor que outras cidades da região metropolitana e que Angelina perdeu 6,5% da população entre 2000 e 2022.

Samuel fala sobre a densidade demográfica, que é bastante baixa, e com a população bastante dispersa porque o município tem uma área muito grande. Pela grande extensão, estradas e pavimentação correspondem a 1200 km e acaba sendo difícil para o município estabelecer prioridades, como onde colocar escola, praça ou equipamento de saúde. Afirma que um erro de colocação desses equipamentos é um erro para a vida toda.

Samuel apresenta a estrutura etária de Angelina, que demonstra que a população de Angelina é, em sua maioria, adultos e idosos, e está envelhecendo. Samuel afirma que Angelina é majoritariamente rural, e que o plano deve prever como a população e as atividades rurais irão se manter. Os serviços têm uma baixa densidade enquanto atividade econômica.

Samuel menciona que o serviço de Angelina é voltado para a economia local, inclusive de apoio à atividade rural. Apresenta as atividades econômicas da cidade, com baixas diversidades e poucas quantidades oferecidas. E ressalta que um número importante é a relação de habitantes por empregos, e que em Angelina essa relação é de 8. Samuel explica que isso não necessariamente quer dizer que estão desempregados, pois há bastante atividade agrícola não formal. Compara com o município de Antônio Carlos que emprega 3000 pessoas novas no lugar, demandando infraestrutura.

Samuel fala sobre economia e a questão da renda, sendo que Angelina possui uma média de renda abaixo da média de SC, mas é homogênea. Samuel apresenta a capacidade de receita do município e explica que é importante realizar um Plano

Diretor que considere a receita de cada município. Aborda que Angelina tem quase 90% de transferência basicamente do governo federal. Em relação aos gastos tem uma relação confortável com os funcionários públicos.

Samuel afirma haver um grande gasto com manutenção das estradas, suporte à atividade rural, transporte escolar. Fala que, como é um município extenso, a prefeitura deve buscar e levar a população até a escola e mostra que o que há disponível em 2022 para investimento é relativamente baixo.

Samuel expõe que a Prefeitura tem uma estrutura institucional enxuta e que há poucos cargos comissionados. A maioria está na área da saúde. Samuel afirma que há poucos profissionais para tocar o Plano Diretor e que há apenas um engenheiro civil, contratado para trabalhar 16 horas, com horas distribuídas em obras públicas, aprovação de projeto e acompanhamento do Plano Diretor.

Samuel passa a informar sobre o território de Angelina. Afirma que há 5 macrozonas rurais, são elas: Rio Novo, Barra Clara, Alto Garcia, Garcia, Centro; e 3 macrozonas urbanas do Garcia, Barra Clara e Sede. Samuel mostra imagens sobre todas as macrozonas, sendo que a Macrozona rural do Rio Novo ocupa 19% do município. Informa que a área possui características como baixa densidade populacional, problemas com o abastecimento de água e edificações históricas relevantes.

Samuel demonstra que em Barra Clara as características são similares ao Rio Novo, com densidade baixa, alguns sítios arqueológicos, áreas de restrição ambiental severa, com áreas de inundação. E que no Alto Garcia também há baixa densidade, existência de patrimônio histórico que pode trazer algum tipo de retorno através do turismo. Expõe que há também áreas de incidência de plantações de Pinus e Eucalipto.

Samuel fala sobre o alto crescimento do Coqueiros, da área rural do Garcia, demonstrado pela apresentação de novas casas. Mostra imagens da área rural central, da Linha do Chaves, da Betânia, que também possui patrimônio histórico. Explica que a Quarta Linha também possui muita área de regularização fundiária que, diferente da Linha do Chaves, não está próxima à área urbana. Afirma que será necessário refletir sobre a necessidade de expansão da área urbana para essas regiões.

Samuel apresenta então as 3 macrozonas urbanas. Começa pela área do centro, a praça e a igreja matriz. Fala sobre a SC-281 e sobre a existência de áreas institucionais, áreas de proteção ambiental, sendo uma macrozona com restrição para expansão urbana. Apresenta a área urbana do Garcia, e expõem que ela praticamente não se alterou ao longo dos anos e que apresenta muita restrição ambiental. Apresenta então a Área de Barra Clara, a qual é outro perímetro urbano com algumas áreas institucionais. Mostra as imagens de satélite de 2014 e 2021 e fala sobre a pouca existência de novas construções. Afirma que não há tanta área de expansão nos últimos 14 anos.

Samuel informa que em Garcia também há pouca área de expansão e que lá existe crescimento em Coqueiros, localizado fora do perímetro urbano e que não pode ter parcelamento do solo. Fala sobre a demanda identificada de Coqueiros, já que o perímetro urbano não está sendo eficiente para direcionar a expansão da população, e que a mesma acontece em área de proteção ambiental. Samuel mostra que Barra Clara também é outra área urbana que não teve tanta alteração, e que em 14 anos teve o acréscimo de apenas 5 casas.

Samuel apresenta os dados sobre as áreas do perímetro urbano, as áreas ocupadas, áreas com restrições e áreas ainda disponíveis, sendo que na Área urbana da Sede tem-se disponível 55,7 ha, ou 35%; no Garcia são 9,6 ha (28%) e na Barra Clara são 12 ha ou 31% da área demarcada. Fala sobre a necessidade de ajuste já que não houve ocupação desses perímetros.

Samuel fala sobre a estrutura fundiária, explicando que esta questão apareceu nas oficinas territoriais e é uma demanda da população que quer parcelar terrenos em áreas rurais. Mostra o mapa com imóveis em área rural e a tabela com o perfil dos imóveis rurais. Demonstra que não é o tamanho do lote atual que é um problema, já que a maioria dos lotes do município tem até 10 hectares, sendo que o mínimo possível é 02 hectares. Samuel fala sobre a inconsistência da cobrança de imposto que tem a ver com o cadastro da prefeitura que está desatualizado e que não consegue acompanhar a situação. Samuel mostra novamente o crescimento em Coqueiros, e menciona que Coqueiros ou Rio Engano seriam áreas possíveis de expansão de núcleo urbano.

Samuel apresenta sobre a classificação dos solos e aptidão agrícola de Angelina. Mostra o mapa explicando os tipos e afirma que nem todos os solos são propícios

para a agricultura, sendo o caso de 39% da área do município que é Cambissolo (Ca5). Outros 25% Cambissolo (Ca11), com baixa fertilidade natural e suscetível à erosão. E 19% Cambissolo (Ca33) e (Ca36), apresentando melhores condições para agricultura.

Sobre a declividade, Samuel mostra o mapa que demonstra as áreas urbanas encravadas em vales. Samuel mostra o mapa com as áreas de risco com áreas levantadas desde 2007, com áreas de inundações e COVID. E aborda sobre a recorrência anual de desastres

Samuel mostra o mapa das áreas ambientais protegidas e fala da importância de Angelina nos mananciais que alimentam a região metropolitana. Samuel fala do Plano Diretor Participativo de Belo Horizonte que se utiliza dessas ferramentas ambientais e os impactos na região metropolitana e que Angelina pode utilizar-se das mesmas ferramentas.

Sobre os recursos minerais, Samuel mostra um mapa com a delimitação das áreas de jazidas de exploração mineral em Angelina. Afirma que a maioria não está ativa e que estão investigando sobre a possibilidade de exploração de alguns minerais. Afirma que o que existe ativo são 5 áreas de exploração mineral e a única com registro é a prefeitura, sendo de cascalho para manutenção das estradas.

Vice-prefeito Sérgio solicita fala e menciona que o Instituto do Meio Ambiente não tem ajudado muito o município quanto à manutenção das estradas. Fala sobre as barreiras existentes em Cabriúna, Rio do Tigre, na Linha do Chaves e declara que não existe uma acessibilidade dos órgãos ambientais, principalmente por Angelina estar sobre decreto de calamidade pública. E que falta a presença real desses órgãos na cidade para tomar tais decisões. Pergunta se o Plano Diretor pode ajudar também nesse sentido.

Samuel afirma que o argumento dessas dificuldades tem um caráter mais político do que legal. O Plano Diretor identifica as áreas ativas ou com potencial e o conflito com as áreas de expansão. Em Angelina não há situações como a de Minas Gerais que geram resíduos com necessidade de barragens. E reforça que são questões mais políticas do que técnicas do projeto do Plano Diretor.

Samuel mostra o mapa de vegetação, que é representativo e que grande parte do município é de Floresta Ombrófila Densa (FOD), além de uma pequena mancha de

Floresta Mista (FOM) e os Faxinais (transição para FOD). A vegetação possui valor cênico, paisagístico. Sobre a cobertura vegetal, afirma que boa parte da vegetação é original ou em boa conservação

Samuel mostra o mapa com os cursos d'água, topografia, e com possibilidade de ocupação nos recortes das áreas urbanas. Explica que o Plano Diretor estabelece quais as áreas que poderiam fazer a regularização fundiária. O município deve fazer estudo socioambiental para saber quais áreas realmente são passíveis de regularização fundiária, considerando principalmente as áreas construídas em bordas de rio.

Samuel mostra um mapa exemplificando em Garcia a borda d'água em relação às ocupações para que a exceção das áreas consolidadas não se torne regra, já que existem áreas para ocupação fora das áreas de restrição ambiental.

Sobre o tema da habitação, Samuel afirma não haver tanto problema quanto Florianópolis e Biguaçu, que possuem bastantes comunidades informais. Afirma não haver pobreza concentrada em Angelina, com casas em boas condições. Não há também Plano de Habitação de Interesse Social para organizar recursos do governo Federal e que nem sempre conseguirá recursos para essas áreas.

Samuel afirma que o Plano Diretor atual estabelece três Áreas Especial de Interesse Social (AEIS), que têm função de reserva para a prefeitura construir moradia para população de baixa renda. Samuel fala que está sendo feita a leitura agora para entender se a área colocada se enquadra nas condicionantes para se caracterizar como AEIS.

O Vice-prefeito Sérgio Murilo Costa solicita fala novamente e diz que o governo anterior fez 60 casas espalhadas no município. No governo federal anterior exigiu-se o Plano Nacional de Habitação Rural (PNHR), que incentivava a construção de conjunto para essas casas. Sérgio explica que Angelina tem outra realidade e afirma que colocou a necessidade de cidades com Angelina terem critérios diferenciados, e que foi aceita.

Samuel responde afirmando que uma coisa não exclui a outra, e que o PNHR contempla isso. Samuel afirma que foi feito na UFSC um projeto de extensão com população quilombola no PNHR onde foram feitas 20 casas.

Claudio Inácio Schuch, membro do Conselho de Desenvolvimento Territorial de Angelina, solicita a fala e pergunta se há a demarcação dessas 60 casas que foram feitas no município.

Samuel responde que ainda não tem essa informação e que a maioria foi elaborada por uma cooperativa.

O Vice-prefeito Sérgio afirma que existe o cadastro do CRAS e que a maioria das casas foi feita entre 2005 e 2008

Samuel menciona então sobre a expedição de 99 certificados de regularização fundiária sem validade. Mostra um mapa com algumas dessas 99 solicitações, sendo que há investigação sobre algumas inclusive parecem estar fora do perímetro urbano. Samuel explica que essa demanda não será deixada de lado e que na próxima etapa será apresentada uma diretriz para trabalhar essa demanda.

Samuel aborda sobre a leitura do atual Plano Diretor, apresentando o mapa de macrozoneamento. Explica que para as macrozonas rurais existe a delimitação, definição e alguns objetivos, mas que o mesmo não avança nas propostas.

Sobre as áreas urbanas, no distrito sede, o plano atual divide-se em 3 áreas. O zoneamento estabelece que a área onde está a igreja e o ginásio é onde está previsto maior uso, na zona urbana central. Estabelece a zona de ocupação controlada, sendo que, tirando as áreas de risco, sobra pouca área de ocupação, e prevê, na linha do Chaves, uma Zona de Ocupação Imediata. Para a área Urbana do Garcia o plano atual prevê no máximo 09 pavimentos e uma taxa de ocupação de 50 a 60%. Na Barra Clara o plano atual prevê duas áreas, uma central com a possibilidade de prédios de 3 andares, e outra de expansão controlada.

Samuel fala que o Plano Diretor atual estabelece muitos instrumentos urbanísticos que pouco tem a ver com Angelina. Traz instrumentos do Estatuto da Cidade para problemas de cidades maiores, como o IPTU progressivo, que combate vazios urbanos de lotes não construídos por especulação imobiliária. Também explica sobre a Transferência do Direito de Construir, que pode ser utilizada em patrimônios tombados. Explica sobre a desconexão de tais instrumentos urbanísticos para a cidade de Angelina.

O Vice-prefeito Sérgio afirma que os instrumentos foram incluídos em 2005, e que é necessário se atualizar. Pede para os presentes entenderem a importância de não deixar que a Revisão do Plano Diretor leve mais de 10 anos.

Samuel responde que esse é o papel do Conselho de Desenvolvimento Territorial, e que por isso é tão importante a participação de todos nesse momento, e de manter o espírito de planejamento, para não descaracterizar o Plano Diretor.

Dauri, do Conselho de Desenvolvimento Territorial de Angelina, lembra que o ponto 9 do atual Plano Diretor, de estudo de impacto de vizinhança, acaba inviabilizando algumas atividades que viriam para o município e pelas dificuldades encontradas vão outros por causa da legislação.

Samuel exemplifica com o caso de uma atividade de processamento de raiz forte que não foi permitida pelo plano diretor mesmo não causando impacto e que esse tipo de situação deve ser tratada pelo Plano Diretor. Samuel fala que hoje, de todas as instâncias participativas que o Plano Diretor prevê, o que está ativo é o Conselho de Desenvolvimento Territorial.

Samuel mostra haver um sítio arqueológico registrado na área de Barra Clara, que está relacionado à presença de ocupação indígenas e que hoje o sítio está descaracterizado. Foram identificados vários sítios nos municípios vizinhos, como Rancho Queimado.

Em relação ao patrimônio, Samuel explica que o Plano Diretor atual estabelece a proteção do patrimônio da área central, mas há o patrimônio de Angelina em relação à imigração europeia. Samuel explica que o IPHAN fez uma varredura do patrimônio vinculado às rotas de imigração. Mostra os pontos onde já foi realizado o levantamento. Em Angelina foi feita uma varredura preliminar e foram encontrados 33 imóveis, sendo que 06 deles já não existem mais. Samuel fala que a Prefeitura está sofrendo uma ação civil pública do Ministério Público por conta da demolição da Casa Koerich.

Luiz Carlos Laurento, membro do Conselho, pergunta se a manutenção dos patrimônios públicos é feita pelo poder Público e se isso vale a pena financeiramente para o município.

Samuel responde dizendo que a princípio o papel do Plano Diretor é estabelecer diretrizes de como pode ser reutilizado como fonte de renda. Samuel exemplifica

com o caso de Antônio Carlos que transformou em atividades turísticas alguns desses imóveis.

Sobre infraestrutura e equipamentos coletivos, Samuel mostra o mapa com a distribuição de escolas e postos de saúde em Angelina. Em relação às áreas de lazer, Samuel aborda que houve uma demanda muito grande oriunda das oficinas territoriais por mais áreas de lazer e também por uma melhor qualificação das áreas existentes.

Samuel fala que, em relação à hierarquia viária, existe a SC que corta o município de norte a sul e que parte está pavimentada. A outra rodovia liga a São Pedro de Alcântara e as demais são estruturas vicinais. Em 2022 houve uma ordem de serviço para pavimentação da rodovia que liga São Pedro de Alcântara a Angelina.

Samuel fala que o município tem apenas transporte público escolar, e que tem uma única linha de ligação com a metrópole.

Samuel fala sobre a questão da ciclovia, calçadas, falta de sinalização, que apareceram nas oficinas territoriais. Explica o mapa com as linhas de transmissão de energia elétrica e com as pequenas centrais hidrelétricas (PCH). Sobre as PCHs, afirma que não trazem retorno para o município. Samuel afirma que o município não tem autoridade sobre as PCHs.

O Vice-prefeito Sérgio fala que solicitou que uma central geradora hidrelétrica (CGH) fosse embargada, mas que o Ministério Público permitiu.

José Alberto Werner fala que depois de pronta, a única contrapartida que eles fazem é trazer plantas nativas para distribuição nas escolas.

Sérgio afirma que quando estão construindo a barragem pagam ISS para a prefeitura, depois não pagam mais nada, mesmo usando água, cobrando energia.

Em relação ao abastecimento de água, Samuel afirma que Angelina possui um manancial administrado pela CASAN e outros pela Prefeitura ou proprietários. Fala sobre os poços profundos que podem impactar no meio ambiente. Em relação ao esgotamento sanitário, algumas comunidades foram atendidas pelo Projeto Microbacias. Com isso, a maioria da população tem solução individual, e sendo assim, estão enquadradas na Leitura Técnica como semi-adequada.

Dauri, presidente do Conselho, fala que o que foi feito pelo Projeto foi significativo, mas que a manutenção é cara e o município não tem dinheiro para tal demanda.

Samuel concorda e afirma que se a fossa não tiver manutenção ela perde sua eficiência e há poluição.

Helio Kreuzsch afirma que o Rio Fortuna tem 99% de fossas colocadas, a preocupação é quanto a manutenção. E aborda que é importante colocar a previsão disso.

Claudio Inácio Schuch afirma que há um estudo para viabilizar um serviço de limpa-fossa com custo menor, mas que há problema na estação de tratamento, sendo que há cobrança para tratamento e que existe a necessidade de Angelina ter sua própria estação.

Sobre a drenagem urbana, Samuel informa que é um dos tópicos mais delicados por não ter planejamento ou projeto. E que acontece apenas na área central do município.

Samuel mostra a última parte da apresentação que é a sistematização das informações da leitura comunitária e o resultado das reuniões territoriais. Afirma que será disponibilizado um documento com tudo sistematizado. Samuel afirma que foram obtidas quase 200 respostas dos questionários. Fala dos resultados, aspectos negativos em cada área territorial, demonstrando a importância das oficinas por demonstrarem as particularidades do município. Relata exemplos, como os problemas abordados como o tempo do médico no posto de saúde, afirma que esse, assim como outras questões que apareceram não estão diretamente ligadas ao Plano. Fala sobre algumas questões que surgiram, como no Rio Novo, por exemplo, que foram trazidos os problemas sobre a gestão da saúde, que não é relacionado ao Plano Diretor, mas que foi levantada pelos moradores. Dá o exemplo de um questionamento sobre o tempo de deslocamento do médico, que sai da Sede e demora uma hora e meia para chegar em Rio Novo e mais uma hora e meia para voltar, contabilizado no tempo de trabalho do profissional e restando pouco tempo para o atendimento. Afirma que em Barra Clara os problemas levantados foram sobre saneamento básico e infraestrutura urbana, de água, esgoto e drenagem. Já em Garcia as problemáticas mais trazidas pela população foram sobre o ordenamento territorial de uso e ocupação, pela falta de áreas para ocupação

devido às áreas de preservação da encosta do rio, além da questão da infraestrutura de água e esgoto.

Sobre os aspectos positivos, Samuel expõe que a Leitura Comunitária apontou pontos como os resíduos sólidos, a distribuição dos serviços de saúde, a preservação ambiental, a segurança, entre outros, e que o Plano Diretor deve se preocupar em fortalecer. Nas oficinas, quase 30% da população, apesar das dificuldades, destaca a qualidade de vida. Samuel compara com as respostas das oficinas de Biguaçu, onde cerca de 10% das respostas das oficinas afirmavam que nada havia de bom, sendo que em Angelina não houve nenhuma resposta que não considerasse nada de bom.

Sobre os problemas apontados pelos moradores nos questionários, Samuel afirma que apareceram como resposta cerca de 13% como pontos negativos a coleta de esgoto, apareceu também a questão da oferta de empregos, de acesso à renda, falta de incentivo ao turismo, ausência de ciclovias e ciclofaixas, calçadas, conexão entre as vias, falta de clareza no Plano Diretor, ausência de transporte público. Afirma que nas oficinas apareceram muito a questão da gestão de política pública, a questão das estradas, algumas questões sobre a saúde, mesmo sendo elogiada em algumas áreas, falta de área de lazer e esporte, questão de infraestrutura urbana. Samuel ressalta que foi em cima dessa leitura comunitária que depois foi acrescentada a leitura técnica.

Samuel mostra as expectativas da população em relação ao futuro e cita que apareceram questões relacionadas a atrair novos empreendimentos, ao estímulo às atividades agrícolas, a permanência da população no campo, ao crescimento e infraestrutura de água, luz e esgoto. Mostra as principais palavras que mais apareceram nas oficinas territoriais, que foram: saúde, educação, preservação, entre outras.

Samuel apresenta a síntese, que é o fechamento da apresentação. Explica a metodologia aplicada pela equipe, que juntou os resultados dos questionários, das oficinas territoriais, dos desejos e da leitura técnica, elaborada pelos técnicos, para verificar o que é convergente e o que é divergente. Mostra como algumas questões são complementares e que há pouca divergência. Samuel explica as diferenças das cores, conforme a fonte da informação.

Samuel afirma que foram separados em 5 temas diferentes, identificados como estruturantes, são eles: uso e ocupação do solo, usos, gestão, economia, infraestrutura, ambiental. Mostra como os temas foram organizados, no formato de mapa mental, sendo aqueles que apareceram nas etapas de Leitura Técnica e Leitura Comunitária. Os problemas que estão na mesma linha se tornaram um problema só.

Samuel então lê e explica cada um dos aspectos do mapa mental. Inicia com o uso e ocupação do solo, que é o que o Plano Diretor consegue abordar. Fala que sobre a economia o Plano Diretor não consegue ter tanta influência, do ambiental consegue responder e gestão teria a ver com outros setores da prefeitura. Mencionando principalmente os pontos que o Plano consegue ajudar.

Samuel afirma que os cinco problemas apontados tanto pela leitura comunitária, quanto pela leitura técnica e pela prefeitura, foram transformados em um só, são eles: maior expansão urbana, melhoria das conexões entre municípios, baixa conexão entre as vias, ordenamento territorial, insuficiência do planejamento da expansão urbana. Todos esses problemas giram em como organizar o crescimento da cidade.

Samuel mostra os itens do segundo problema, os quais são: ampliação das áreas de lazer, falta de oportunidades de lazer, esporte e cultura, baixa disponibilidade de áreas de lazer, má distribuição de equipamentos e serviços públicos. Outro problema encontrado pela equipe técnica é a baixa valorização do patrimônio histórico, já que de 33 áreas identificadas como patrimônio, 6 já foram demolidas em 3 ou quatro anos. Samuel aponta que o problema da irregularidade fundiária não aparece tanto nas oficinas, mas fica claro na reunião com o Conselho. Outro tema apontado pela equipe técnica que Samuel destaca é o frágil papel na Região Metropolitana, que significa que Angelina deve identificar o que oferece para a Região Metropolitana, mesmo na preservação ambiental, e que a Região Metropolitana tem que devolver o recurso para Angelina devolver em forma de recursos.

Samuel pergunta ao público se há a necessidade de que leia todos os itens ou se já pode passar para a conclusão do documento. Afirma que o documento ficará à disposição de todos. Samuel apresenta a síntese final, sendo 6 questões ligadas ao uso e ocupação do solo, 4 questões ligadas à economia, 2 questões ligadas à

gestão, 2 questões ligadas à infraestrutura e 2 questões ligadas à questão ambiental. Ressalta que tem mais uma questão que fica entre a questão ambiental e o uso e ocupação do solo.

Samuel faz a leitura de cada uma das questões e questiona se está tudo contemplado no programa apresentado. Afirmar que serão abordadas diretrizes para o Plano Diretor a partir de cada uma delas. Explicando também que alguns dos aspectos não estão diretamente ligados ao Plano Diretor. Samuel afirma que a expectativa é que na reunião de abril a equipe técnica traga diretrizes para cada um dos problemas apontados.

Samuel inicia a leitura dos itens pela Gestão, que tem como problema a fragilidade institucional na gestão urbana, que tem a ver com falta de pessoal, de recurso, de instância específica ao planejamento urbano do município, ou seja, uma estrutura melhor para planejar a cidade. A segunda é a deficiência na gestão de políticas públicas setoriais, ou seja, saúde, educação, etc. Samuel fala que esses itens o Plano Diretor não consegue resolver totalmente, mas irá direcionar essas demandas para os setores específicos.

Samuel explica sobre problemas encontrados na economia, como a questão do baixo desenvolvimento das localidades rurais, que ficou muito clara nas oficinas realizadas, e que cria a necessidade de que o Plano Diretor crie estratégias. Outros problemas citados por Samuel relacionados a este item são a baixa diversidade de comércio, serviços e empregos, a falta de incentivo ao turismo, e a falta de estímulo às atividades agrícolas locais. Samuel expõe que estes são um conjunto de elementos ligados à economia que o Plano Diretor pode incorporar em estratégias, não criando constrangimentos, criando facilidades e evitando burocracias jurídicas.

Samuel passa então para as questões de infraestrutura. Cita a questão da deficiência na infraestrutura de esgoto, água e drenagem urbana. Afirmar que sobre resíduos sólidos não há problemas. Cita também a questão da deficiência da mobilidade ativa e transporte público. Afirmar que este item tem relação com as necessidades das pessoas caminharem, da segurança dos ciclistas e dos pedestres.

Em relação à questão ambiental, Samuel cita a degradação ambiental e a baixa disponibilidade de análises dos impactos das PCH's como problemas encontrados. Afirmar não haver noção do impacto que as PCH's geram e que poderá ser elaborado alguma diretriz sobre solicitar os estudos dos impactos locais.

Samuel passa então para o último aspecto, ligado ao uso e ocupação do solo. Afirma que este é o item que se deseja que o Plano Diretor ataque de frente. Samuel então faz a leitura dos itens relacionados, começando pela insuficiência do planejamento da expansão urbana, que significa dizer onde a cidade vai expandir, onde é mais adequado. Exemplifica que num município como Angelina, instrumentos do Estatuto da Cidade como o IPTU progressivo não tem relação, mas que existem outras questões como onde se dará o crescimento ou sobre como será feita a regularização fundiária. Outro problema citado é ligado a este item é a irregularidade fundiária, que ficou clara na leitura, e a baixa integração entre áreas e conexão entre ruas. Cita como exemplo as vias longas da área central, que não se comunicam faltando integração com o restante das vias da cidade. Outra questão colocada como problema é a baixa valorização do patrimônio histórico, o frágil papel na escala metropolitana e a má distribuição de equipamentos e serviços públicos de lazer e culturais. Afirma que deve-se pensar quais os locais estratégicos para colocar esses equipamentos para que a maioria da população possa acessar e utilizar.

Samuel encerra a apresentação e abre para discussão sobre a síntese para que haja um acordo para dar sequência à proposta do Plano Diretor. Se for feito o mesmo diagnóstico em outros municípios o resultado seria bem diferente, como em Biguaçu que tem como questão a alça de contorno. Samuel explica novamente as regras para contribuições orais ou escritas.

Terceira parte Contribuições da Consulta Pública

Marilene Martins pergunta se foi informada na apresentação a metragem mínima do lote.

Samuel explica que esse é um tema que será abordado nas próximas etapas.

Marilene fala que é importante observar onde as áreas conseguiram abranger mais população e mais famílias.

Samuel responde que a equipe está identificando os núcleos residenciais existentes no território.

Marilene fala sobre a necessidade de melhorias habitacionais e as áreas de regularização fundiária.

Samuel fala que essa é uma questão que deve ser abordada no Plano Diretor, até porque a Prefeitura está respondendo um processo civil.

Luiz C. Laurento pede um esclarecimento sobre o mapa de condições do solo, pergunta quem fez o mapa. Explica que sim, existe declive mas com avanços na agricultura podem ser áreas produtivas também. Mencionando que hoje tem regiões montanhosas mais produtivas que outras regiões menos montanhosas.

Nelson também contribui e diz que este trabalho está sendo feito há 30 anos, aprovado pela Epagri, com o plantio direto na palha e que assim conseguem tornar áreas com declividade de 50% em áreas produtivas. Fala que há visitas de estrangeiros para conhecer o trabalho que vem sendo feito.

Samuel explica que aquele mapa apresenta as áreas mais fáceis de cultivo, e não proíbe o cultivo nas demais áreas. Apenas mostra onde o solo é mais apto. E pergunta qual o tipo de cultivo que existe na região.

Luiz C. responde que são áreas de cultivo de mandioca, salsa e hortaliças.

Nelson explica que a Epagri está dando assistência. E que em janeiro vieram pessoas de outros três municípios visitar a propriedade, uma das visitantes afirmou que achava que a cultura no morro era perdida e que vendo o trabalho que foi feito no Rio Fortuna entendeu que é possível cultivar.

Samuel agradece a participação e diz que não é para um cultivo extensivo, mas que para esse cultivo é ótimo.

Lucas Turner afirma que Angelina é vulnerável a desastres naturais. Questiona se há planejamento desenvolvido sobre Pergunta se o Plano Diretor irá trazer algum plano para questões de desastres naturais.

Samuel responde que o plano diretor deve ajudar a identificar as áreas de risco e principalmente áreas que não deveriam ser ocupadas. Mas as questões diretamente ligadas aos desastres são tratadas com a Defesa Civil.

Elenir S. Machado questiona sobre a irregularidade fundiária, diz que no Garcia foram citados pontos em que poderia haver expansão, citando regiões como Coqueiros e Rio engano. E pergunta se essas áreas não se tornarem perímetro urbano, como o plano diretor pode contribuir para regularizar esses loteamentos?

Samuel responde que este é o tema mais sensível do Plano Diretor, que terá que estabelecer uma relação de diálogo entre os interesses individuais e os interesses coletivos. Samuel explica que serão apresentadas diretrizes com os critérios das

áreas passíveis de regularização, explica que não é possível prometer que irá regular todas as áreas irregulares, porque não há condição do plano regularizar área rural.

Elenir fala novamente sobre o certificado de regularização e sobre a compra de lotes que não estão regularizados.

Samuel fala que a regulação de condomínios rurais é algo que está no diagnóstico e que deve ser atacado na próxima etapa do Plano.

Sérgio fala sobre esse processo de certificados de regularização, afirma que foi um processo feito de maneira irresponsável. Porém não foi combinado com o Ministério Público ou com o cartório. Fala que já chamou a responsável para conversar e responsabilizá-la.

Samuel pergunta para Elenir qual a área que ela menciona, ela responde que é esta próximo ao Garcia. Samuel responde que então está mapeada, e que então será apresentado quais as possibilidades para esta área.

Roquilaine Fuck fala sobre a área urbana do Garcia, e a necessidade do Plano Diretor olhar para a flexibilização das três leis complementares apresentadas pelo Vice-Prefeito. Afirma que existem outros pontos que poderá haver crescimento urbano, como o Rio Novo, que pode haver um perímetro urbano que já tem serviço mas a prefeitura não arrecada. Afirma que se olhar tecnicamente o Garcia, cresceu pouco, e que precisa ajudar a cidade a se desenvolver. Que o Plano Diretor deve facilitar e respeitar quem está aqui há décadas. E fala sobre estar na síntese aparece a insuficiência do planejamento urbano.

Samuel explica que será necessário utilizar os instrumentos corretos para garantir o melhor planejamento. Que a leitura não é necessariamente restringir, mas identificar onde está acontecendo e ver onde pode ser regularizado e onde não.

Cláudio Inácio afirma que de 2008 até 2019 o Plano Diretor ficou estacionado. Em 2019 se aplicou o REURB pela empresa de Joinville. E fala sobre a necessidade da elaboração de um mapa das áreas de riscos. Fala sobre a necessidade de viabilizar os loteamentos. Explica sobre Angelina ter pouco recurso, uma muita área, pouca população e fala sobre como vai ser difícil solucionar essas questões. E que será importante que sejam soluções eficientes para desbloquear o possível crescimento

da cidade. E fala sobre a importância da participação popular para que o processo seja eficiente.

Francisco Dias afirma que para o Garcia crescer o primeiro passo é expandir o perímetro urbano e fala sobre o processo dos certificados de regularização. Sugere que o Garcia, Coqueiros e Rio Engano seriam regiões prioritárias à expansão do perímetro urbano. Fala também que 02 hectares é muito grande para lote mínimo. sobre diminuir o tamanho do lote mínimo rural para 1 hectare.

Samuel responde que o debate sobre perímetro urbano é importante porque não pode ter um perímetro urbano expandido demais para não tornar a cidade cara, e nem restrito demais. Pelo que foi observado, a maioria das questões está contemplada na síntese apresentada e que o Plano Diretor deve dar atenção nas próximas etapas.

Houve ainda uma manifestação escrita que está redigida a seguir:

Manifestação Escrita
Raquel Santana - Bairro 4ª Linha
“Reurb não for aprovada, qual o processo para poder conseguir escritura pública e energia. Tenho um terreno na 4º Linha sem energia por a prefeitura ter embargado o local”

Encerramento

Samuel questiona se é possível trabalhar com esse conjunto de questões para trazer para a segunda quinzena de abril às diretrizes e propostas para elaboração do Plano Diretor. Todos os presentes concordam. Samuel então agradece a presença de todos e convida para uma foto final com todos presentes.



Lista de Presença

Qnt	Nome	Bairro	Entidade
1	Helio Kreuzsch	Rio Fortuna	Vereador
2	Sérgio Clanier	Garcia	
3	Gustavo Weler	Rio Engano	
4	Luiz C. Laurento	Rio Fortuna	
5	Nelson M Homes	Rio Fortuna	
6	Alcione de Novaes	Rio Fortuna	
7	Francisco Dias	Garcia	Vereador
8	Dauri Exterkoetter	Centro	CDTA
9	Maria de Fátima T de Mello	Barra Clara	CDTA
10	Lucas Ternes Hames	Centro	CDTA
11	Nilson Bruch	Centro	CDTA
12	John Lenon Batiste Eli	Centro	
13	Roquilane Fuck Souza	Garcia	CDTA
14	Ervino Bruch	Garcia	
15	Laureci Fagundes	Coqueiros	Associação de moradores
16	Ademir Kreutzfeeld	Rio Veado	
17	Cláudio Inácio	Linha Chaves	CTDA
18	Valmo José	Rio Engano	
19	Marcos Antonio Bruch	Garcia	
20	Adinei Boaventura	Centro	PMA
21	Marcelo Trierweiler	Garcia	Vereador
22	Raquel Santana	Santo Amaro	
23	José Adain Batista		
24	Selma A. S.	Garcia	
25	Wilmar A.	Garcia	
26	David Manoel Lopes	Garcia	Morador
27	Sérgio Murilo Costa	Centro	Vice-prefeito



28	José Alberto Wornner	Centro	Particular
29	Ricardo G.	Coqueiral	Particular
30	Raizza Coelho	Coqueiros	Particular
31	Catarina J. Gelsleuck	Garcia	Particular
32	Claudio Inácio Schuch	Linha do Chaves	CDTA
33	E. Z.	Garcia	
34	Genilson Kammers	Barra Clara	CDTA
35	Elenir S. Machado	Garcia	
36	Crislaine Steineck	Garcia	Associação de moradores
37	Rubia P. Dias	Garcia	Morador
38	Renata de Melo	Garcia	Associação de moradores
39	Tiago Kuhn	Garcia	Associação de moradores
40	Karliane Pflieger	Alto Garcia	Morador
41	André Raimundo	Alto Garcia	Morador
42	Marilene Martins	Garcia	Comércio
43	Azão Soto	Garcia	Comércio
44	Rosa C. Vidal	Garcia	
45	Maria A. Fagundes		
46	Juscelia R da Silva		
47	Vilmar Z.		
48	Eva A.		